



LEI Nº 348, DE 26 DE JUNHO DE 2015.

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES  
ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO  
DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE ERERÉ, no uso de suas atribuições legais; FAZ SABER que a Câmara Municipal **aprovou** e eu **sanciono** a seguinte lei:

**CAPÍTULO I  
Das Disposições Preliminares**

**Art. 1º** Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e nas disposições da Lei Orgânica do Município de Erere, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2016, compreendendo:

- I - as prioridades e as metas da Administração Pública Municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município para o exercício correspondente;
- VII - as disposições finais.

**CAPÍTULO II  
Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal**

**Art. 2º** Os orçamentos serão elaborados em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

**§ 1º** O Projeto de Lei Orçamentária para 2016 conterá demonstrativo da observância das prioridades e metas estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

**§ 2º** As Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2016 terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2016 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

**CAPÍTULO III  
Das Metas e Riscos Fiscais**



**Art. 3º** O Anexo de Metas Fiscais e os Riscos Fiscais, que serão estabelecidas para o próximo exercício, em conformidade com o que dispõe os §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, integram o Anexo único desta Lei.

Parágrafo Único - A elaboração do Projeto de Lei e execução da Lei de Orçamento Anual para 2016 deverá levar em conta as metas e resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais que serão estabelecidas de acordo com o disposto no *caput* do artigo.

## CAPÍTULO IV

### Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

**Art. 4º** Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais que resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação e governo; e

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

**§ 1º** Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**§ 2º** Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

**§ 3º** As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificados no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos e operações especiais.

**Art. 5º** Os orçamentos fiscais e da seguridade social, compreenderão a programação dos órgãos do Município, suas autarquias, fundos especiais e fundações.

**Art. 6º** O projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município e no artigo 22, seus incisos e parágrafo único, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e será composto de:



Texto da Lei;

- Consolidação dos quadros orçamentários;
- Anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- Discriminação da legislação da receita, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

**§ 1º** Integração a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II desse artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

- I - do resumo da estimativa da receita total do Município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;
- II - do resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;
- III - da receita arrecadada dos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;
- IV - da receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
- V - da receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;
- VI - da despesa realizada no exercício imediato anterior;
- VII - da despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;
- VIII - da despesa fixada para o exercício a que se refere a proposta;
- IX - de aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, na forma da Legislação que dispõe sobre o assunto;
- do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica e segundo a origem dos recursos;
- X - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;
- XI - da aplicação dos recursos de que trata a Emenda Constitucional nº 25;
- XII - da receita corrente líquida com base no art. 1º, parágrafo 1º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;
- XIII - da aplicação dos recursos reservados à Saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

**Art. 7º** Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:

- o orçamento a que pertence;
  - o grupo da despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:
- DESPESAS CORRENTES:**
- Pessoal e Encargos Sociais;
  - Juros e Encargos da Dívida;
  - Outras Despesas Correntes.

**DESPESAS DE CAPITAL:**

- Investimentos;
- Inversões Financeiras;
- Amortização e Refinanciamento da Dívida;
- Outras Despesas de Capital.

**Art. 8º** Para fins do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo encaminhará sua respectiva proposta orçamentária para ajustamento, consolidação e inclusão no projeto de Lei Orçamentária Anual.

**CAPÍTULO V**  
**Das Diretrizes para a Elaboração e Execução dos**  
**Orçamentos do Município**

**Art. 9º** O projeto de Lei Orçamentária do Município de ERERE, relativo ao exercício de 2016, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - o princípio de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos Municípios às informações relativas ao orçamento.

**Art. 10** Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de interesse local, mediante regular processo de consulta.

**Art. 11** A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere, de acordo com o previsto no Anexo de Metas Fiscais.

**Art. 12** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da Administração Municipal.

**Art. 13** Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

**§ 1º** Excluem-se do *caput* deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

**§ 2º** No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o *caput* deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:



I - com pessoal e encargos patronais;

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45, da Lei Complementar nº 101/2002.

**§ 3º** Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**Art. 14** Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que não comprometam as metas fiscais do exercício, e com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

**Art. 15** A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedido de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320/64, que poderá ser feita mediante decreto de abertura do referido crédito.

**Art. 16** Observadas às prioridades a que se refere o artigo 2º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das Autarquias, dos fundos especiais e fundações se:

I - estiverem perfeitamente definidas as suas fontes de custeio;

II - os recursos alocados destinarem-se às contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

**Art. 17** É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades mencionadas no art. 15, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

**§ 1º** Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no *caput*, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, nos últimos dois anos e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

**§ 2º** As entidades públicas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento das metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

**§ 3º** Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;



II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

**§ 4º** A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

**§ 5º** As entidades beneficiadas nos termos deste artigo prestarão contas dos recursos recebidos ao Poder Executivo até 30 dias após o encerramento do exercício financeiro.

**Art. 18** Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº.101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária em ambiental, educação, alistamento militar, ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

**Parágrafo único** - A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o "caput" deste artigo.

**Art. 19** As receitas próprias das entidades mencionadas no art. 15 serão programadas para atender, preferencialmente, os gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, contrapartida de financiamentos e outras despesas de manutenção.

**Art. 20** A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

**Art. 21** A Lei Orçamentária conterà dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2016, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Parágrafo único** - A dotação global denominada "Reserva de Contingência", permitida para a União no art. 91 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, ou em atos das demais esferas de Governo, poderá ser utilizada como fonte de recursos para abertura de Créditos adicionais nos últimos dois meses do exercício e para o atendimento ao disposto no art. 5º, inciso III, da Lei complementar 101, de 2000.

**Art. 22** A Prefeitura fará revisão, no último bimestre do ano, das dotações criadas no exercício para objetivos específicos, anulando, por decreto do Poder Executivo, os valores considerados desnecessários para o cumprimento das metas previstas.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL



**Art. 23** A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamentos da despesa decorrente de ações judiciais e débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

**Art. 24** O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

**Parágrafo único** - A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações em nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

**Art. 25** A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

## CAPÍTULO VII

### Das Disposições Relativas às Despesas do Município com Pessoal e Encargos

**Art. 26** No exercício financeiro de 2016, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 27** Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

**Art. 28** Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, a contratação de hora extra fica restrita às necessidades emergenciais da área de Saúde.

**Art. 29** Os Poderes Executivo e Legislativo do Município de ERERE promoverão, mediante autorização legislativa específica, a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão ou alteração da estrutura de carreira, concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, cujo provimento obedecerá às condições estabelecidas no art. 37, da Constituição Federal e Legislação Municipal pertinente.

## CAPÍTULO VIII

### Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária

**Art. 30** A estimativa da receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2016 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.



**Art. 31** A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I - atualização da planta genérica de valores do Município;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto.
- III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V - revisão da legislação aplicável ao imposto sobre transmissão inter vivos e de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis;
- VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
- VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

**§ 1º** Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

**§ 2º** A parcela da receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de proposta de alterações na Legislação Tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara de Vereadores poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

## **CAPÍTULO IX Das Disposições Finais**

**Art. 32** É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

**Art. 33** O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

**Parágrafo único** - A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

**Art. 34** Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.





**Art. 35** Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de Decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 36** O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

**Art. 37** Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a firmar termo de parceria com as entidades do terceiro setor e contrato de gestão.

**Art. 38** Os recursos para compor contrapartida de convênio celebrado com a União ou Estado, serão assegurados na Lei Orçamentária Anual.

**Art. 39** Fica autorizado o remanejamento com a realocação de recursos orçamentários com destinação de um órgão para outro, limitado ao valor da reforma administrativo ou em sua totalidade em caso de extinção do órgão.

**Art. 40** Fica autorizada a transposições de dotações com a realocação no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão, até o limite de seus saldos.

**Art. 41** Fica autorizada a transferência com a realocação de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho, destinadas a repriorizações dos gastos a serem efetuados.

**Art. 42** O remanejamento, a transposição e a transferência serão autorizadas mediante Decreto do chefe do Poder Executivo Municipais.

**Art. 43** Para efeito de elaboração das metas fiscais será utilizado como parâmetros a receita corrente líquida e não o PIB.

**Art. 44** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ereré/CE, 26 de Junho de 2015.

  
 Manoel Martins Alves  
 Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCO FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
EXERCÍCIO DE 2016

ARF (LRF, art 4º § 3º)

RISCO FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Aumento do Salário Mínimo que possa gerar impacto com as despesas com pessoal.	54.165,00	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesa discricionárias	129.996,00
Epidemias, enchentes e outras situações de calamidade pública.	32.499,00		
Precatórios	43.332,00		
Despesa com pagamento de juros orçada a menor	50.143,79	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingencia	50.143,79
<b>TOTAL</b>	<b>180.139,79</b>	<b>TOTAL</b>	<b>180.139,79</b>



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo I (LRF, art 4º § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB)
Receita Total	23.901.933	22.763.745	137,066	26.012.473	24.656.372	149,169	28.483.657	26.871.374	163,340
Receitas Primárias(I)	23.667.627	22.540.597	135,722	25.757.478	24.414.671	147,707	28.204.438	26.607.960	161,739
Despesa Total	23.901.933	22.763.745	137,066	26.012.473	24.656.372	149,169	28.483.657	26.871.374	163,340
Despesas Primárias(II)	23.826.161	22.691.581	136,631	25.930.011	24.578.209	148,696	28.393.362	26.786.190	162,822
Resultado Primário(III) = (I-II)	-158.534	-150.984	-0,909	-172.532	-163.537	-0,989	-188.922	-178.228	-1,083
Resultado Nominal	5.372	5.116	0,031	5.846	5.541	0,034	6.401	6.038	0,037
Dívida Pública Consolidada	135.758	129.293	0,779	147.745	140.042	0,847	161.780	152.622	0,928
Dívida Consolidada Líquida	-64.850	-61.761	-0,372	-70.576	-66.896	-0,405	-77.280	-72.905	-0,443

PREMISSAS BÁSICAS PARA PROJEÇÃO

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES

VARIÁVEIS	2016	2017	2018
	Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação.	5,00	5,50
Incremento da Arrecadação	3,00	3,33	3,50
Projeção do PIB do Município - R\$ milhares	17.438.274,00	17.438.274,00	17.438.274,00



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
EXERCÍCIO DE 2016

AMF - Demonstrativo II (LRF, art 4º § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2014 (a)	% PIB (a/PIB)	Metas Realizadas em 2014 (b)	% PIB (b/PIB)	Variação	
					Valor (c)=(b-a)	% (c/a)
Receita Total	8.056.100	46,198	8.752.175	50,189	696.075	8,640
Receita Nao-Financeira(I)	8.040.917	46,111	8.752.175	50,189	711.258	8,845
Despesa Total	8.056.100	46,198	8.749.946	50,177	693.846	8,613
Despesa Nao-Financeira(II)	7.887.665	45,232	8.355.899	47,917	468.234	5,936
Resultado Primário(III)=(I-II)	153.252	0,879	396.276	2,272	243.024	158,578
Resultado Nominal	-29.773	-0,171	-24.351	-0,140	5.422	-18,211
Dívida Pública Consolidada	312.017	1,789	135.758	0,779	-176.259	-56,490
Dívida Consolidada Líquida	-29.773	-0,171	-64.850	-0,372	-35.077	117,815

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES	
VARIÁVEIS	VALOR
Previsão do PIB municipal	17.438.274,00



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERE**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPRADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**EXERCÍCIO DE 2016**

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	7.445.665	8.056.100	46,198	9.913.055	46,198	21.962.634	137,066	23.901.934	137,066	26.172.617	150,087
Receitas Primárias(I)	7.435.887	8.040.917	46,111	9.885.776	46,111	21.747.338	135,722	23.667.627	135,722	25.916.051	148,616
Despesa Total	7.445.665	8.056.100	46,198	9.913.055	46,198	21.962.634	137,066	23.901.934	137,066	26.172.617	150,087
Despesas Primárias(II)	7.258.998	7.887.665	45,232	9.665.778	45,232	21.893.009	136,631	23.826.161	136,631	26.089.646	149,611
Resultado Primário(III) = (I-II)	176.889	153.252	0,879	219.998	0,879	-145.671	-0,909	-158.533	-0,909	-173.593	-0,995
Resultado Nominal	-21.665	-29.773	-0,171	-24.351	-0,171	5.372	0,034	5.846	0,034	6.401	0,037
Divida Publica Consolidada	226.776	312.017	1,789	176.259	1,789	135.758	0,847	147.745	0,847	161.780	0,928
Divida Consolidada Liquida	-23.766	-29.773	-0,171	-35.077	-0,171	-64.850	-0,405	-70.576	-0,405	-77.280	-0,443

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2013	2014	%	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%
Receita Total	6.991.234	7.600.094	43,583	9.396.260	53,883	20.916.794	137,066	22.655.861	137,066	24.691.148	141,592
Receitas Primárias(I)	6.982.053	7.585.770	43,501	9.370.403	53,735	20.711.750	135,722	22.433.769	135,722	24.449.104	140,204
Despesa Total	6.991.234	7.600.094	43,583	9.396.260	53,883	20.916.794	137,066	22.655.861	137,066	24.691.148	141,592
Despesas Primárias(II)	6.815.980	7.441.193	42,672	9.161.874	52,539	20.850.484	136,631	22.584.038	136,631	24.612.873	141,143
Resultado Primário(III) = (I-II)	166.092	144.577	0,829	208.528	1,196	-138.734	-0,909	-150.268	-0,909	-163.766	-0,939
Resultado Nominal	-20.342	-28.087	-0,161	-23.081	-0,132	5.116	0,034	5.541	0,034	6.038	0,035
Divida Publica Consolidada	212.935	294.355	1,688	167.070	0,958	129.293	0,847	140.042	0,847	152.622	0,875
Divida Consolidada Liquida	-22.315	-28.087	-0,161	-33.248	-0,191	-61.761	-0,405	-66.896	-0,405	-72.905	-0,418

**METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES CONSTANTES**

VARIÁVEIS	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	Inflação Média (% anual) projetada com base em Índice oficial de inflação.	6,50	6,00	5,50	5,00	5,50
Projeção do PIB do Município de 2005 - R\$ milhares	17.438.274,00					



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS  
EXERCÍCIO DE 2016

R\$ 1,00

<b>PROGRAMAS</b> Ações	<b>Metas para</b> <b>2016</b>
<b>0815 - GESTAO E ADM DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b> CONSTRUCAO E RECUPERACAO DE HABITACOES POPULARES	138.449,00
<b>0821 - SERV/ PROT/ ATEND/ INTEG/ FAMÍLIAS - PAIF</b> CONSTRUIR E EQUIPAR - CRAS	165.400,00
<b>0821 - SERV/ PROT/ ATEND/ INTEG/ FAMÍLIAS - PAIF</b> CONSTRUCAO DE CENTROS SOCIO ASSISTENCIAIS	47.565,00
<b>0821 - SERV/ PROT/ ATEND/ INTEG/ FAMÍLIAS - PAIF</b> PSB/FUNIONAMENTO E MANUTENCAO DOS CRAS/PAIF	37.376,00
<b>1009 - AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE - PF</b> CONST. AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAUDE - CONVENIO	630.444,00
<b>1009 - AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE - PF</b> AQ/ VEICULOS P/ SAÚDE	120.000,00
<b>1012 - ASSITENCIA MEDICA SANITARIA</b> CONSTRUCAO DE KITS SANITARIOS	23.577,00
<b>1013 - ATENÇÃO BASICA A SAÚDE</b> CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNID. DE SAUDE REC. PROPRIOS	173.347,00
<b>1202 - PRE-ESCOLA</b> CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS ENSINO INFANTIL - REC. VINCULADOS	366.576,00
<b>1202 - PRE-ESCOLA</b> CONSTRUCAO E REFORMA DE ESCOLAS - E.I RECURSOS PROPRIOS	200.872,00
<b>1202 - PRE-ESCOLA</b> CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS - ENSINO INFANTIL FUNDEB 40%	55.566,00
<b>1205 - ENSINO REGULAR</b> CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS ENSINO FUNDAMENTAL -REC. VINCULADOS	651.085,00
<b>1205 - ENSINO REGULAR</b> CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS - E.F. - FUNDEB 40%	231.029,00
<b>1502 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS</b> CONSTRUCAO DE QUADRA ESCOLAR POLIESPORTIVA - REC VINCULADO	184.000,00
<b>1502 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS</b> CONSTRUCAO DE QUADRA ESCOLAR POLIESPORTIVA - FUNDEB 40%	105.000,00
<b>1504 - VIAS URBANAS</b> PAVIMENTACAO DE VIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS	315.000,00
<b>1506 - SERVIÇOS FUNERÁRIOS</b> CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE CEMITERIOS E RECUPERAÇÃO	87.360,00



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERE  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ANEXO DE PRIORIDADES E METAS  
EXERCÍCIO DE 2016

R\$ 1,00

<b>PROGRAMAS Ações</b>	<b>Metas para 2016</b>
<b>1508 - PARQUES E JARDINS</b> CONSTRUCAO DE PRACAS, PARQUES E JARDINS	150.100,00
<b>1701 - SISTEMAS DE ESGOTOS E SANEAMENTO</b> CONST E AMPLIACAO DA REDE DE ESGOTO E SANEAMENTO	230.235,00
<b>1703 - ABASTECIMENTO D'AGUA</b> AMPLIACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DAGUA	134.616,00
<b>2012 - ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL</b> AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, VEICULOS E EQUIPAMENTOS	93.351,00
<b>2015 - DEFESA CONTRA AS SECAS</b> CONSTRUÇÃO DE AÇUDES E BARRAGENS	250.745,00
<b>2015 - DEFESA CONTRA AS SECAS</b> CONSTRUCAO DE POCOS PROFUNDOS	180.872,00
<b>2503 - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA</b> AMPLIACAO DA REDE DE ENERGIA ELETRICA	92.500,00
<b>2602 - ESTRADAS VICINAIS</b> CONSTRUCAO DE ESTRADAS E PASSAGENS MOLHADA	282.210,00
<b>2704 - PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS</b> CONSTRUCAO DE CASAS POPULARES	124.468,00
<b>2704 - PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS</b> CONSTRUCAO DE PARQUES RECREATIVOS E DESPORTO	60.098,00
<b>2704 - PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS</b> CONSTRUCAO DE CAMPO DE FUTEBOL	29.080,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.590.825,72</b>